



5° SIMULADO INÉDITO PARA

# XXXII EXAME DE ORDEM

TIPO GERAL



Estratégia

OAB

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-13-02>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Priscila Ferreira

**Questão 1**

Dr. Jurandir foi contratado como advogado de Claudemir para defendê-lo em uma ação trabalhista proposta pelo seu ex-empregado doméstico. No entanto, em razão do grande número de processos no escritório, Jurandir substabeleceu para Paty, sem reserva de poderes.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O substabelecimento do mandato, sem reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa.
- b) O substabelecimento do mandato com reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- c) O substabelecimento do mandato sem reserva de poderes não exige o prévio conhecimento do cliente.
- d) O substabelecimento do mandato sem reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.

**Questão 2**

Dra. Chiquitita foi convidada para produzir um artigo jurídico relacionado às inovações legislativas trazidas pelo pacote anticrime para fins de ser publicado em site jurídico de grande relevância.

Quanto ao tema publicidade, assinale a alternativa correta.

- a) É autorizada a menção do endereço do advogado no artigo jurídico.
- b) É autorizada a menção ao telefone do advogado no artigo jurídico.
- c) É autorizada a menção a clientes e demandas no artigo jurídico.
- d) É autorizada a referência a e-mail no artigo jurídico.

**Questão 3**

Dr. Paulo foi contratado para uma causa penal, mais precisamente, na defesa de Sydney Magal, acusado por tentativa de homicídio.

No entanto, advogado e cliente estão divergindo quanto à forma de pagamento dos honorários advocatícios.

Com base no Código de Ética e Disciplina, deve-se observar que:

- a) O crédito por honorários advocatícios autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito.
- b) O crédito por honorários advocatícios autoriza a cobrança mediante fatura, sendo autorizado o protesto pelo não pagamento.
- c) O cliente poderá realizar pagar o crédito de honorário através de cheque, hipótese que se autoriza o protesto, após a tentativa de recebimento amigável.
- d) O crédito por honorários advocatícios não pode ser adimplido mediante cheque ou nota promissória.

**Questão 4**

O Presidente do Conselho Seccional de São Paulo toma ciência de algumas fofocas do meio jurídico em que se comenta sobre a publicidade abusiva realizada pelo Dr. Bartolomeu e, por tal circunstância, recebe algumas denúncias anônimas.

Diante da denúncia recebida, e sobre o tema processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) O processo disciplinar instaura-se apenas mediante representação do interessado, sendo vedado de ofício.
- b) É possível a instauração, de ofício, do processo disciplinar, quando houver o conhecimento de fato justificável, este obtido por meio de fonte idônea, ainda que anônima.
- c) Não se autoriza a instauração de processo disciplinar, em função do conhecimento de fato por denúncia anônima.
- d) Eventual representação formulada pelo Presidente do Conselho Seccional apenas será admitida, quando por escrito.

**Questão 5**

Dr. Fernandinho, grande advogado na Cidade de Salvador, é investigado por tráfico de drogas e, durante um grampo telefônico, observou-se o seu envolvimento, em conjunto, com outro advogado, Dr. Tranqueirinha.

Em uma das gravações analisadas pela polícia averiguou-se que uma parte das drogas ficava escondida no próprio escritório do Dr. Fernandinho.

Objetivando realizar um flagrante, a polícia obtém um mandado de busca e apreensão a ser realizado no escritório.

Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

- a) Ainda que presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente não poderá decretar a quebra da inviolabilidade do escritório de advocacia, assim como de seus instrumentos de trabalho.
- b) Quando presentes os indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade do escritório de advocacia, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB.
- c) A quebra da inviolabilidade do escritório de advocacia será possível, quando houver a presença de representante da OAB, e independentemente da existência de indícios de autoria e materialidade da prática de crime
- d) O advogado em nenhuma hipótese poderá ter a quebra da inviolabilidade do seu local de trabalho.

**Questão 6**

O advogado, Neymar, inscrito na OAB-SP, foi escolhido em lista tríplice pelo Conselho Seccional, de forma a ser nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado (quinto constitucional). Nesta situação, o advogado

- a) ficará licenciado da advocacia, até o término de seu mandato no TJ-SP.
- b) continuará inscrito na OAB-SP e exercendo a advocacia, porém ficando impedido de advogar contra a fazenda que o remunera.
- c) terá suspensão a sua inscrição na OAB-SP.
- d) terá cancelada a sua inscrição na OAB-SP.

**Questão 7**

Maria Chiquinha procura advogado com intuito de obter informações acerca das hipóteses em que poderá demandar em juízo sem a necessária representação ou assistência de um advogado. Neste sentido, o advogado, Pedro Bó, lhe informa que: Dentre outras hipóteses legais, prescinde-se da constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1.ª instância da Justiça do Trabalho, nos recursos de competência do TRT (Justiça do Trabalho), ação, no valor de até vinte salários mínimos, no juizado especial cível,

- a) mandado de segurança e ação, no valor de até quarenta salários mínimos, no juizado especial federal cível.
- b) habeas corpus e Revisão Criminal.
- c) habeas corpus e mandado de segurança.
- d) habeas corpus e ação, no valor de até sessenta salários mínimos, no juizado especial federal cível.

**Questão 8**

Sandy Lima ajuizou ação de cobrança em face de Fernandinha Souza, visando o recebimento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que tinham sido emprestados pela primeira à segunda. Após a devida instrução processual, Sandy obteve completo êxito na demanda proposta, o que alegrou imensamente a sua advogada, Dra. Rosão.

No entanto, mesmo após o trânsito em julgado da ação, Sandy ainda não realizou o pagamento dos honorários advocatícios de sua advogada.

Assim, caso Rosão tenha a intenção de propor ação de cobrança de honorários, o prazo prescricional para tal demanda será de

- a) 01 ano.
- b) 02 anos.
- c) 03 anos.
- d) 05 anos.

---

**FILOSOFIA DO DIREITO**

---

Jean Vilbert

**Questão 9****Segundo a teoria tridimensional do direito:**

- a) A construção jurídica se faz por meio de três elementos: evento, preceito e norma.
- b) A análise dos fatos jurídicos prescinde da interação do fato com a validade social.
- c) A norma representa uma solução temporária de uma tensão dialética entre fatos e valores.
- d) O valor se refere ao fator objetivo, dentro do ser, ao passo que o fato se refere ao elemento subjetivo, dentro do dever ser.

**Questão 10****Sobre os métodos de interpretação, marque a opção CORRETA:**

- a) Não sendo mais válida a máxima *interpretatio cessat in claris*, o método gramatical de interpretação caiu em desuso.
- b) A técnica interpretativa histórica busca extrair o significado da norma dentro de contextos, pressupondo que a interconexão entre sentidos, partes do todo, é importante para a obtenção do correto significado.
- c) Em caso de produção legislativa satisfatória, o sentido de uma norma pode ser extraído de seus próprios termos, sem depender da relação com outras normas do ordenamento.
- d) O preceito de que toda e qualquer lei visa a uma finalidade social é base da interpretação teleológica.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Diego Cerqueira

**Questão 11**

O senador Roserval foi alvo de investigação pelo Ministério Público, sendo que foi identificado que ele seria autor de um crime de peculato no exercício do mandato, que teria sido praticado após sua diplomação. Com o indiciamento, Roserval foi chamado para prestar esclarecimentos sobre os fatos no procedimento investigatório, caso fosse de sua vontade. Buscando saber quais seriam as consequências, o senador foi até os seus advogados para esclarecer algumas dúvidas. Diante das informações constantes no enunciado e de acordo com as previsões constitucionais, é correto que os seus advogados esclareçam que:

- a) a denúncia contra o senador Roserval poderá ser oferecida e recebida independentemente de autorização parlamentar, mas deverá ser dada ciência à Casa Legislativa respectiva, que poderá, seguidas as exigências, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- b) a denúncia contra o senador Roserval não poderá ser recebida pelo Poder Judiciário sem autorização da Casa Legislativa, em razão da imunidade material prevista na Constituição, apesar de poder ser oferecida pelo Ministério Público independentemente de tal autorização
- c) a denúncia contra o senador Roserval poderá ser oferecida e recebida, assim como a ação penal ter regular prosseguimento, independentemente de autorização da Casa Legislativa, que não poderá determinar a suspensão do processo, considerando que o crime imputado é comum, e não de responsabilidade.
- d) o Ministério Público não poderá oferecer denúncia em face do senador Roserval sem autorização da Casa Legislativa, pois a Constituição prevê imunidade de natureza formal aos parlamentares.

**Questão 12**

Igor tomou posse no cargo eletivo de Senador e depois foi procurado pelas autoridades competentes, que trouxeram a seguinte informação: existem provas de que o Senador teria praticado um crime de roubo contra João. De acordo com a CRFB/88, o Ministério Público:

- a) tem permissão para apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, desde que haja autorização do Senado Federal.
- b) não tem permissão para apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, já que não tem competência.
- c) tem permissão para apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, não dependendo de autorização.
- d) não tem permissão para apresentar a acusação, perante o Poder Judiciário, durante o mandato de Igor.



**Questão 13**

O Senador Diego e o Vereador Rodrigo, do Município Gama, participaram de uma passeata na Capital Federal, na qual discursaram e fizeram severas críticas à atuação de alguns órgãos federais. Eles imputaram a prática de peculato e concussão a diversos agentes públicos lotados nos referidos órgãos. Renato, servidor público federal, procurou o seu advogado para obter orientação sobre a possibilidade de responsabilizar tais parlamentares pelas declarações realizadas.

- a) ambos podem ser responsabilizados, já que os parlamentares não possuem qualquer tipo de imunidade material.
- b) apenas o Senador Diego pode ser responsabilizado, pois somente ele atua em Brasília.
- c) nenhum dos dois parlamentares pode ser responsabilizado, já que ambos possuem imunidade.
- d) apenas o Vereador Rodrigo pode ser responsabilizado, pois não possui imunidade fora do território do Município Gama.

**Questão 14**

Um pedido escrito pela Mesa da Câmara dos Deputados foi encaminhado a Marcelo, o Ministro do Estado. Tal pedido de informações constava um prazo de trinta dias para a resposta. O Ministro respondeu à solicitação após o prazo determinado e mesmo assim sem adentrar no mérito das questões requeridas. Nesse contexto, em observância às disposições da CRFB/88, a conduta do Ministro Marcelo:

- a) importa em crime de responsabilidade.
- b) não enseja penalidade, tendo em vista que, embora com atraso, atendeu ao pedido.
- c) não enseja consequências, pois a Constituição não prevê penalidade nesse caso.
- d) implica na perda do cargo por improbidade administrativa.

**Questão 15**

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI foi instaurada no âmbito da Câmara dos Deputados com a finalidade de apurar situações de maus-tratos a idosos. Na primeira reunião, deliberou, de forma fundamentada: (1) sobre a convocação de investigado para prestar depoimento; (2) quebra do sigilo telefônico dos investigados; (3) quebra do sigilo bancário de dois investigados; (4) interceptação da comunicação telefônica de outros dois investigados. Alguns membros CPI entenderam que ela não tinha aptidão para adotar todas as medidas citadas acima. De acordo com a CRFB/88, são da competência da CPI somente as medidas constantes:

- a) na convocação dos investigados para depor e na quebra do sigilo telefônico apenas.
- b) na quebra do sigilo telefônico dos investigados e na interceptação da comunicação telefônica dos investigados.
- c) na convocação dos investigados para depor, na quebra do sigilo telefônico e quebra do sigilo bancário.
- d) na convocação dos investigados para depor e na interceptação da comunicação telefônica dos investigados.

**Questão 16**

O Presidente da República propôs uma emenda à CRFB/88, com objetivo de transferir da União para os Estados a competência privativa para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. Houve a aprovação da Câmara dos Deputados e rejeição do Senado Federal. Uma nova proposta de Emenda à Constituição abordando a mesma matéria

- a) somente poderia ser apresentada na sessão legislativa seguinte àquela em que foi rejeitada a proposta inicial.
- b) deveria ser apresentada diretamente ao Senado Federal e, se este a aprovasse, ser promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado.
- c) poderia ser apresentada ao Congresso Nacional, desde que mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer de suas Casas.
- d) dependeria de iniciativa de mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da federação, por se tratar de matéria afeita a seus interesses.

**Questão 17**

Paulo Sousa, Presidente da República, vetou determinado projeto de lei ordinária de iniciativa do Senado Federal, por entendê-lo contrário ao interesse público. Porém, o veto foi rejeitado e a lei enviada ao Chefe do executivo federal que, se não promulgá-la dentro do prazo de:

- a) até 30 (trinta) dias, caberá ao Vice-Presidente da República fazê-lo dentro de igual prazo.
- b) 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.
- c) 15 (quinze) dias, ocorrerá a promulgação tácita e com eficácia imediata.
- d) 72 (setenta e duas) horas, será processado, perante o Congresso Nacional, por crime de responsabilidade.

---

**DIREITOS HUMANOS**

---

Ricardo Torques

**Questão 18**

Marina foi eleita deputada federal por seu Estado. Embora participe da vida política há anos, esta é a primeira vez que Marina ocupará uma vaga no Congresso Nacional. Antes mesmo do início do mandato, a parlamentar o convida para assessorá-la nas questões relacionadas aos direitos humanos e aos tratados internacionais que envolvam o tema.

No primeiro encontro com Marina, você decide apresentar um panorama geral sobre os direitos humanos na Constituição Federal e afirma que:

- a) A Constituição confere primazia à proteção e promoção dos direitos humanos, de modo que todos os tratados internacionais que versem sobre o tema deverão ser equivalentes a emendas constitucionais.
- b) Embora tenham destaque em diversos dispositivos do texto constitucional, os tratados internacionais sobre direitos humanos poderão ser internalizados com status de emenda constitucional, supralegal ou legal, conforme o procedimento seguido.
- c) Os tratados internacionais sobre direitos humanos poderão ser incorporados à ordem jurídica interna apenas como equivalentes às emendas constitucionais ou com status supralegal.
- d) A Constituição Federal prevê que é competência privativa do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a posterior deliberação do Senado Federal.

**Questão 19**

Durante o Carnaval, tomado pela bebida e com o ânimo exaltado, Ítalo desentendeu-se de um folião que, inadvertidamente, flertou com sua esposa. O desfecho foi trágico e atualmente Ítalo está sendo processado por homicídio qualificado.

Considerando as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), assinale a alternativa que expressa uma garantia judicial conferida ao agente:

- a) Caso Ítalo seja absolvido por sentença transitada em julgado poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.
- b) A confissão de Ítalo será considerada válida ainda que proferida sob forte pressão psicológica dos policiais que o conduziram à delegacia.
- c) Se Ítalo não se defender, nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei, o processo correrá à revelia pois tal ato é considerado como reconhecimento da autoria e materialidade do delito.
- d) Ítalo tem direito à comunicação prévia e pormenorizada da acusação formulada e poderá comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.

---

**DIREITO INTERNACIONAL**

---

Vanessa Arns

**Questão 20**

Assinale os institutos que possibilitam a retirada de estrangeiro do território brasileiro por pedido de Estado estrangeiro:

- a) A deportação e a expulsão.
- b) A deportação, a expulsão e a extradição.
- c) A repatriação e a expulsão.
- d) Somente a extradição.

**Questão 21**

O Professor Alessandro Sanchez, brasileiro nato, pede asilo à embaixada do Equador, comprovando ser perseguido por seus ideais anarquistas. Sobre o instituto do asilo, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O asilo político é uma proteção dada ao estrangeiro perseguido por delito de natureza política ou ideológica.
- b) Trata-se de instituto humanitário de proteção individual, com expressa previsão constitucional.
- c) A concessão de asilo político é reconhecida, inclusive, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- d) Alessandro, depois de ter o seu pedido aceito, não pode renunciar ao direito de asilo.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Rodrigo Martins

**Questão 22**

O Presidente da República celebrou Tratado Internacional com o Governo Chinês objetivando a rápida importação de matéria prima necessária à produção de vacinas no Brasil. Uma das cláusulas desse tratado concede isenção de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços nessa operação de importação. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A operação de importação de mercadoria é imune à incidência do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.
- b) O Tratado Internacional em questão é inconstitucional, pois é vedado à União instituir isenção de tributos da competência tributária dos Estados.
- c) O Tratado Internacional em questão é constitucional, pois o Presidente da República pode celebrar tratados e convenções internacionais que tenham por objeto a concessão de isenção de impostos Estaduais.
- d) O Tratado Internacional em questão é inconstitucional, pois somente por meio de Convênio aprovado junto ao CONFAZ - Conselho Fazendário poderia a União conceder isenção de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

**Questão 23**

Um Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil autuou a empresa "X" pela prática de fraude no recolhimento do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A multa punitiva foi aplicada no importe de 120% (cento e vinte por cento) sobre o valor do imposto devido e não pago e a multa moratória foi aplicada no importe de 30% (trinta por cento) sobre o imposto não recolhido na data do vencimento. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Houve afronta ao Princípio da Vedação ao Confisco, que também é aplicado às multas tributárias.
- b) A cobrança conjunta do imposto e da multa é ilegal, pois a aplicação da multa afasta a exigência do tributo.
- c) Não houve afronta ao Princípio da Vedação ao Confisco, que só é aplicável aos tributos e não às multas tributárias.
- d) A cobrança simultânea de multa punitiva e multa moratória configura bis in idem, sendo, assim, inconstitucional.

**Questão 24**

A Fazenda Pública do Município "A" constitui de ofício o crédito tributário relativo ao IPTU e enviou o lançamento ao endereço do contribuinte. Com base nessa hipótese e considerando a jurisprudência do STJ, o contribuinte é considerado notificado desse lançamento:

- a) No momento em que a autoridade fiscal terminou de formalizar o lançamento, sendo dispensável qualquer outra providência por parte do Fisco, como, por exemplo, a notificação do lançamento.
- b) Pelo envio do carnê ao endereço do contribuinte.
- c) Somente no momento da entrega pessoal ao contribuinte, mediante recibo.
- d) O IPTU sujeita-se ao lançamento por declaração ou misto, sendo imprópria a atividade da autoridade fiscal na sua constituição.

**Questão 25**

A pessoa jurídica "A" e a pessoa jurídica "B" foram fundidas (processo de fusão empresarial), dando origem à nova pessoa jurídica "C". Em razão dessa operação, as pessoas jurídicas "A" e "B" foram extintas. Posteriormente à essa operação de fusão o Fisco Estadual apurou crédito tributário de ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e de multa punitiva devidos pela pessoa jurídica "A", cujos fatos geradores são anteriores à data da fusão. Com base nessa hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) A multa não pode ser cobrada da pessoa jurídica "C", em razão do Princípio da Personalidade da Pena, segundo o qual a punição, mesmo que pecuniária, não pode ser exigida de outra pessoa que não do próprio infrator.
- b) O imposto e a multa não poderão mais ser cobrados diante da extinção da pessoa jurídica "A".
- c) Deve-se aplicar a desconsideração da personalidade jurídica, com a cobrança do imposto e da multa dos antigos sócios pessoa jurídica "A".
- d) O imposto e a multa devem ser exigidos da pessoa jurídica "C".

**Questão 26**

A pessoa jurídica ABC circulou mercadoria nos meses de janeiro a março do ano de 2013. Como não entregou a declaração do imposto e como não pagou, conseqüente, o ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviço devido, o Fisco Estadual competente constituiu de ofício o correspondente crédito tributário em 28/09/2019, notificando a contribuinte em 05/10/2019. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que esse crédito tributário:

- a) Ainda não se encontra extinto.
- b) Se encontra extinto pela exclusão.
- c) Se encontra extinto pela prescrição.
- d) Se encontra extinto pela decadência.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

**Questão 27**

A Câmara Municipal de Passarinho possuía pendências com a Fazenda Nacional. Em razão disso, o Município de Passarinho ficou impedido de obter certidão negativa de débitos e, como consequência, não conseguiu receber repasses de verbas federais. Nesse cenário, o Município ajuizou ação contra a União alegando que o Poder Executivo municipal não poderia ser punido em razão de descumprimento efetuado pela Câmara dos Vereadores. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) pelo princípio da moralidade, não podem ser impostas sanções e restrições que superem a dimensão estritamente pessoal do infrator e atinjam pessoas que não tenham sido as causadoras do ato ilícito.
- b) o princípio da intranscendência subjetiva das sanções impede que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator, mas não pode ser aplicado à Câmara Municipal frente ao Município, em razão daquela não possuir personalidade jurídica.
- c) é possível ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, tendo em conta o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.
- d) pelo princípio da eficiência, intimamente relacionado com a necessidade de efetivação célere das finalidades públicas elencadas no ordenamento jurídico, a Fazenda Nacional não pode emitir certidão positiva de débitos com efeito de negativa para o Município quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a União.

**Questão 28**

A empresa “Visax”, uma empresa pública estadual que presta serviços públicos de competência do respectivo ente, foi condenada em vultosa quantia em dinheiro, por sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença. Para que se cumpra o título condenatório, considerar-se-á que os bens da empresa pública são:

- a) impenhoráveis, por serem considerados bens públicos.
- b) penhoráveis, em qualquer caso, em razão de serem classificados como bens privados.
- c) penhoráveis, em qualquer caso, mas não se submetem ao regime de precatórios.
- d) impenhoráveis, se necessários à prestação de serviços públicos.

**Questão 29**

Após fortes chuvas, um desabamento de terra atingiu o prédio em que funcionava um posto de saúde municipal, alagando boa parte da sua estrutura física e dos equipamentos médicos. Os medicamentos e insumos salvos foram transferidos para uma nova sede. O Prefeito do Município pretende alienar o prédio antigo, ainda cheio de entulho e escombros, e, para tanto, consulta sua assessoria jurídica, que o informa corretamente que:

- a) por se tratar de bem de uso especial, mesmo após o alagamento, o bem não pode ser alienado.
- b) por ser bem de livre circulação pública em geral, representa um bem de uso comum, inalienável.
- c) por se tratar de bem dominical, após o alagamento, poderá ser alienado.
- d) por se tratar de bem de uso especial, somente pode ser alienado mediante autorização legislativa.

**Questão 30**

O Estado Alfa visa construir um novo centro administrativo e espera concentrar diversas secretarias estaduais em um mesmo prédio, porém não possui terreno com a área necessária. Para solucionar a questão, o governador decidiu desapropriar, por utilidade pública, um enorme imóvel de propriedade da União, o qual se adequa exatamente ao fim pretendido pelo Estado. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) o Estado somente poderá desapropriar bem da União mediante declaração de utilidade pública.
- b) a União poderá desapropriar imóveis dos Estados, se atendidos os requisitos legais, porém os Estados não podem desapropriar imóveis da União.
- c) os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados por qualquer outro ente, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- d) o Estado poderá desapropriar o imóvel da União, desde que precedido de autorização do Congresso Nacional.



**Questão 31**

Roberto, advogado, compareceu a uma audiência, em determinado Fórum da Justiça comum estadual, acompanhando a sua cliente, que figurava como vítima em um processo de violência doméstica. O ex-marido da mulher, réu no processo de violência doméstica, desferiu diversos tiros e acabou atingindo o advogado, que faleceu no local. A família de Roberto procurou você, na qualidade de advogado, pretendendo ajuizar ação de indenização por danos morais e materiais contra o Estado. Você informou corretamente que:

- a) aplica-se igualmente ao Estado a regra prevista no Código Civil referente à responsabilidade civil objetiva por atividade naturalmente perigosa, irrelevante seja a conduta comissiva ou omissiva.
- b) a regra geral do ordenamento brasileiro é de responsabilidade civil objetiva por ato comissivo ou omissivo do Estado.
- c) o nexa causal, apto a determinar a responsabilização do Poder Público foi afastado no caso concreto, pois o evento danoso teria ocorrido mesmo diante da conduta omissiva do Estado.
- d) aplica-se igualmente ao Estado a regra prevista no Código Civil referente à responsabilidade civil objetiva por atividade naturalmente perigosa, desde que se trate de conduta comissiva.

**Questão 32**

O Município de Água Limpa, diante da urgência em regular o transporte público municipal, aprovou lei prevendo que o transporte público coletivo poderia ser prestado por particulares escolhidos mediante procedimento de simples credenciamento, sem licitação. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) em qualquer caso, é imprescindível a realização de procedimento licitatório para contratação de empresa para prestação de serviço de transporte público.
- b) é inconstitucional lei municipal que trate do transporte coletivo intermunicipal, uma vez que se refere à competência estadual.
- c) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos, desde que prestado diretamente.
- d) salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.

**DIREITO AMBIENTAL**

Roserval Júnior

**Questão 33**

Sr. Amazonino Floresvaldo, cafeicultor no Sul de Minas, consulta seu advogado para se certificar de que a situação do imóvel rural, localizado em Lavras, está regular e atendendo às exigências do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12).

Sr. Floresvaldo informa que a propriedade rural não está cadastrada no CAR e também não tem a área de reserva legal delimitada.

Neste caso, assinale a alternativa correta:

- a) O Cadastro Ambiental Rural é obrigatório e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 20% da propriedade a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.
- b) O Cadastro é facultativo e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 40% da propriedade a título de reserva legal.
- c) O Cadastro é obrigatório, mas a instituição da reserva legal é facultativa, neste caso.
- d) O cadastro não é obrigatório e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 50% da propriedade a título de reserva legal.

**Questão 34**

Priscila Ferreira voluntariamente instituiu servidão ambiental em sua propriedade, localizada no Rio Grande do Sul, no intuito de preservar os recursos ambientais existentes.

Neste caso, de acordo com a legislação ambiental vigente, assinale a alternativa correta:

- a) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- b) O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental dispensam a averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente.
- c) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para as unidades de conservação de proteção integral.
- d) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 5 anos.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**Questão 35**

Armando avisou a alguns familiares que iria viajar para o Panamá para curtir um pouco as suas férias. Em uma viagem programada para durar 10 (dez) dias, Armando deixou de dar notícias a seus familiares sobre o que estava fazendo no seu dia a dia no Panamá no oitavo dia de viagem e, desde então, não mais retornou contato. Já preocupados, alguns familiares de Armando iniciam os procedimentos de busca por desaparecidos, tendo a ajuda da polícia local. Passam-se 05 (cinco) meses e não há sinais de Armando, seu telefone não chama, seus pertences ficaram em no quarto de hotel em que se hospedou e mais nada se sabe sobre ele. Nessa situação, se Armando tiver deixado representante ou procurador em sua cidade natal, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão em:

- a) um ano;
- b) dois anos;
- c) três anos;
- d) cinco anos.

**Questão 36**

A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Caso Maria tenha coagido Brenda a firmar com si um negócio jurídico excessivamente vantajoso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

**Questão 37**

Kris e Cristina são as únicas filhas de Paulo e Maria, casados em comunhão universal de bens. Paulo faleceu no início de 2013, tendo dedicado boa parte de sua vida a colecionar quadros de pintores famosos. Em 2021, Maria decide vender a preço justo todos os quadros da coleção de Paulo a Kris, mesmo sabendo que ambas as filhas gostavam dos quadros. Caso não concorde com a venda realizada, o prazo para Cristina requerer a sua anulação é:

- a) decadencial, de dois anos;
- b) prescricional, de dois anos;
- c) decadencial, de quatro anos;
- d) prescricional, de quatro anos;
- e) prescricional, de cinco anos.

**Questão 38**

Paulo, empresário respeitado na cidade em que reside, vem recentemente sofrendo prejuízos em razão do não cumprimento de seus contratos por parte de seus clientes. Assim, em consulta a uma assessoria jurídica, Paulo faz uma revisão de seus contratos e passa a incluir uma cláusula penal para eventuais descumprimentos de seus clientes. Quanto à aplicação das cláusulas penais, é incorreto afirmar que Paulo poderá:

- a) aplicá-las em caso de descumprimento de uma única cláusula especial do contrato;
- b) em caso de obrigação indivisível com vários devedores, cobrar de qualquer um deles o pagamento integral da pena;
- c) em caso de pena convencional, aplicá-la sem que seja necessário alegar prejuízo;
- d) aplicá-la em caso de simples mora do devedor.

**Questão 39**

O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

- a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;
- b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;
- c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;
- d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial.

**Questão 40**

Júlia estava caminhando na calçada de uma grande avenida quando foi atingida em sua cabeça por uma garrafa de vidro, o que lhe causou grande dor e resultou em uma pequena operação com 20 pontos de costura para conter o sangramento. Após alguma pesquisa sobre a origem da garrafa, descobriu que ela foi jogada por algum hóspede do Hotel Cabaña, que possuía uma varanda da área de lazer exatamente acima do local em que foi atingida pela garrafa. Sem ser possível identificar exatamente qual o hóspede que jogou a garrafa que a atingiu, é correto afirmar que Júlia:

- a) nada poderá fazer, já que não identificou a pessoa que jogou a garrafa;
- b) poderá acionar o Estado respectivo, pois é dever do Poder Público fiscalizar a atividade dos hotéis;
- c) poderá ajuizar eventual ação de reparação civil em até dez anos;
- d) poderá acionar diretamente o dono do Hotel Cabaña para que repare os danos a ela causados.

**Questão 41**

Amanda, em razão da necessidade de encurtar em 600 (seiscentos) metros o seu caminho diário até a para de ônibus mais próxima de sua casa, passou a se beneficiar de uma servidão no imóvel de Carlos. Agora, o seu trajeto diário até a parada de ônibus foi reduzido a 50 (cinquenta) metros, o que significou um grande salto na qualidade de vida de Amanda. Passado um tempo, Carlos percebeu que Amanda não mais estava usando a passagem em seu imóvel. Quanto a isso, extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos;
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados;
- c) dez anos contínuos;
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**Questão 42**

Carlos e Júlia são pais do pequeno Marcelo e sabem que são responsáveis pela formação do filho e pelo provimento de suas necessidades. Com a pandemia da Covid-19, ambos ficaram desempregados e desesperados quanto à subsistência da família.

Com base no caso narrado, assinale a alternativa que está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Carlos e Júlia são responsáveis pelo sustento, guarda e educação do filho, mas cabe à mãe a responsabilidade maior nessa tarefa, devendo transmitir as crenças e culturas familiares.
- b) A carência de recursos materiais experimentada pelo casal não é motivo suficiente para a suspensão do poder familiar.
- c) Diante de graves crises sanitárias e econômicas, verificada a incapacidade de Carlos e Júlia proverem a subsistência do filho, admite-se a suspensão do poder familiar.
- d) Carlos e Júlia, juntamente com o filho, poderão ser incluídos em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção, após a decretação da perda do poder familiar.

**Questão 43**

Lumena foi pega de surpresa com a notícia de que estava grávida. Embora reconheça que uma criança daria um novo sentido à sua vida, conversa com a família e decide que, assim que nascer, entregará o filho para adoção. Patrick e Marília, amigos da família de Lumena, apresentam interesse em adotar a criança que nascerá e se dispõem a acompanhar a gestação, parto e puerpério para que nada falte à mãe ou à criança.

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podemos afirmar:

- a) Lumena poderá desistir da entrega da criança e, nesse caso, o Judiciário determinará que a família seja acompanhada pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- b) Lumena poderá desistir da entrega mesmo após a efetivação da adoção, visto que o ECA prima pela manutenção da criança em sua família natural.
- c) Surgindo conflito de interesses entre Lumena, Patrick e Marília, devem prevalecer os interesses da mãe biológica da criança.
- d) Lumena terá os mesmos direitos e deveres que os demais filhos de Patrick e Marília, inclusive os sucessórios, desligando-se de qualquer vínculo com os pais e parentes, inclusive os impedimentos matrimoniais.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

Igor Maciel

**Questão 44**

Vicente mantinha, há alguns anos, contrato de plano de saúde coletivo por adesão com a operadora Bem viver. Determinado dia, a operadora do plano de saúde notificou Vicente dizendo que não tinha mais interesse em manter o contrato, fazendo a rescisão unilateral do pacto. Por esse motivo, Vicente procurou você, na qualidade de advogado, desejando ingressar com ação judicial requerendo o direito de migrar para um plano de saúde individual, sem ter a necessidade de cumprir novo período de carência. Você, então, informou corretamente que:

- a) é vedada a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, sendo cabível dano moral, uma vez que a recusa de cobertura pelo plano de saúde decorreu de dúvida razoável na interpretação do contrato, que configura conduta ilícita capaz de ensejar o dever de compensação.
- b) o diálogo das fontes entre o CDC e a Lei dos Planos de Saúde exige uma interpretação que atenda a ambos os interesses, de modo que não assiste direito à operadora de se desvincular das obrigações assumidas no contrato celebrado com o estipulante.
- c) diante da ausência de norma legal expressa que resguarde o consumidor na hipótese de rescisão unilateral do contrato coletivo pela operadora, não é viável se reconhecer o direito à portabilidade de carências, de modo a permitir que os beneficiários possam contratar um novo plano de saúde, sem o cumprimento de novos períodos de carência ou de cobertura parcial temporária e sem custo adicional pelo exercício do direito.
- d) os beneficiários de plano de saúde coletivo, após a rescisão unilateral do contrato pela operadora, têm direito à portabilidade de carências ao contratar novo plano observado o prazo de permanência no anterior, sem o cumprimento de novos períodos de carência ou de cobertura parcial temporária e sem custo adicional pelo exercício do direito.

**Questão 45**

Marcela possui dois filhos estudantes de determina escola privada da sua cidade. Ao realizar a matrícula para o ano letivo de 2021, verificou que o valor das mensalidades foi reajustado e estava 30% mais caro que o exigido em 2020. Questionando o fato com a direção da escola, foi informada que o acréscimo se deu em razão da pandemia de Covid-19 e dos altos custos que a escola teve no ano anterior. Inconformada, ela procurou os demais pais, os quais também estavam bastante frustrados com a atitude da direção. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) trata-se de direito individual homogêneo, pelo qual os pais podem ingressar com ação judicial individual ou coletiva.
- b) trata-se de direito coletivo em sentido estrito, motivo pelo qual o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública.
- c) trata-se de direito individual homogêneo, caracterizado pela determinabilidade dos titulares e pela origem comum.
- d) trata-se de direito coletivo em sentido estrito, transindividual, de natureza indivisível, ligado por uma situação de fato.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**Questão 46**

Ozzy & Pocky Ltda. (franqueador) pretende licenciar para a empresa pública Telégrafos - Ltda (franqueado) o direito de uso de marca, associado ao direito de distribuição semiexclusiva de produtos para cães e gatos. Tendo em vista as disposições legais sobre o contrato celebrado, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato é válido e não encontra proibição ou impedimento legal em vista das partes contratantes.
- b) A franquia não pode ser adota por empresa pública.
- c) A circular oferta de franquia deverá ser entregue a Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME, no mínimo, 30 dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato, ou ainda do pagamento de taxa de adesão ao sistema pelo franqueado.
- d) Se Móveis Combinados Ltda. veicular informações falsas na circular de oferta de franquia, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, Ananás Móveis e Decorações Ltda. ME poderá arguir a nulidade de pleno direito do contrato e exigir devolução de até metade do valor que já houver pago.

**Questão 47**

Kátia Flávia, Juliana Chevônica e Paloma Bartolomeu decidiram constituir uma sociedade em conta de participação, sendo a primeira sócia ostensiva e as demais sócias participantes.

Sobre o caso apresentado, de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.

- a) É vedada a participação de mais de um sócio ostensivo na sociedade em conta de participação; logo, as demais sócias não poderão ter a qualidade de sócio ostensivo.
- b) As sócias participantes Juliana e Paloma poderão fiscalizar a gestão dos negócios sociais pela sócia ostensiva Kátia Flávia.
- c) A sociedade em conta de participação deverá adotar como nome empresarial firma social, da qual deverá fazer parte a sócia ostensiva.
- d) A sociedade somente poderá existir se o contrato não estiver inscrito em qualquer registro, pois é uma sociedade não personificada.

**Questão 48**

Independentemente de seu objeto social, considera-se sociedade simples a

- a) sociedade em nome coletivo.
- b) sociedade em comandita simples.
- c) sociedade limitada.
- d) sociedade cooperativa.



**Questão 49**

No contrato de comissão existe previsão legal para uma cláusula em que um comissário assume o gravame de responder solidariamente pela insolvência das pessoas com quem contratar em nome do comitente. Essa cláusula é denominada:

- a) del credere.
- b) pacto comissório.
- c) venda com reserva de domínio.
- d) hedge.

**Questão 50**

Sobre as invenções e a sua patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), assinale a afirmativa correta.

- a) É registrável como patente qualquer obra ornamental de caráter puramente artístico, ou o conjunto ornamental de linhas e cores que pode ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa.
- b) A vigência da patente vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do depósito.
- c) A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da Justiça Estadual do domicílio do titular do registro, devendo o INPI ser notificado da propositura da ação para avaliar se tem interesse ou não em intervir no feito, quando não for autor.
- d) O pedido de patente pode ser suprido pelo registro na junta comercial de acordo com as instruções do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

**Questão 51**

Luiz é pessoa com deficiência e, por enquadrar-se nos requisitos exigidos pela Lei nº 8.742/93 (dispõe sobre a organização da Assistência Social), faz jus ao recebimento do benefício de prestação continuada. Em consulta com o advogado, Luiz informa que não tem condições econômicas de arcar com as custas do processo e teme que, por isso, a luta por seu direito reste inviabilizada.

Acertadamente, o advogado informa a Luiz que:

- a) A gratuidade da justiça deve ser requerida apenas na petição inicial, na contestação ou na petição para ingresso de terceiro no processo.
- b) O fato de estar sendo assistido por advogado poderá prejudicar a concessão da gratuidade da justiça.
- c) Em regra, o direito à gratuidade da justiça é pessoal e, assim, não poderá ser estendido aos sucessores de Luiz.
- d) Após requerer a gratuidade da justiça, Luiz deverá fazer prova da sua incapacidade econômica.

**Questão 52**

Pedro é marceneiro e, mesmo com as constantes reclamações dos seus clientes, nunca se preocupou com os recorrentes atrasos nas entregas dos móveis projetados. Rafael, cansado de ouvir as mais variadas desculpas, decide ajuizar uma ação de obrigação de fazer para que os móveis do seu novo consultório sejam instalados.

Pedro fica apreensivo só de pensar em ser "chamado para a Justiça" e você, como advogado, explica que:

- a) A intimação é o ato pelo qual Pedro será convocado para integrar a relação jurídica processual.
- b) A citação de Pedro poderá ser realizada em sua residência ou no local de trabalho sem que tal ato constitua constrangimento ao réu.
- c) A relação processual estará integralizada por ato que só poderá ser praticado em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- d) Pedro não poderá ser convocado para integrar a relação processual nos 7 (sete) dias seguintes ao casamento.

**Questão 53**

Rosa sempre teve problemas com a sua operadora de telefonia móvel e buscou resolvê-los das mais diversas formas: reclamações, protocolos, ligações gravadas, conversas na plataforma de atendimento ao cliente... Em razão do extremo desgaste com a empresa e por não conseguir cancelar o serviço, Rosa ajuizou uma ação em face da empresa.

Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, desde que as partes sejam idênticas, sendo dispensado o contraditório.
- b) Havendo a inversão do ônus da prova, a parte não poderá se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.
- c) A inversão do ônus da prova poderá ocorrer por convenção das partes, exceto quando recair sobre direito indisponível da parte ou quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- d) Para que seja válida, a inversão do ônus da prova por convenção das partes deverá ser realizada antes do processo.

**Questão 54**

Ana conversou com seu advogado e explicou que a parte adversa, se devidamente questionada, confessará como os fatos verdadeiramente ocorreram e, por isso, o advogado deverá ser perspicaz quando do depoimento pessoal.

Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) A confissão, para que seja válida, deverá ser obtida judicialmente.
- b) Considerando que a confissão é a admissão da verdade de fato contrário ao interesse da parte, esta só ocorre de modo provocado, não sendo possível afirmar a existência de confissão espontânea.
- c) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- d) A confissão feita por um representante tem ampla eficácia, sendo equiparada à confissão do próprio representado.

**Questão 55**

Raissa acabou de ingressar no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil e está ansiosa por atuar. Por ser uma estagiária muito competente, o escritório a efetivou logo ao receber o seu número de inscrição na Ordem. Ocorre que, para nervosismo e ansiedade de Raissa, os sócios decidiram designá-la para uma sustentação oral no Tribunal.

Com base no caso narrado e nas disposições do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que Raissa atuará em:

- a) recurso de apelação ou recurso ordinário.
- b) recurso de apelação ou embargos de declaração.
- c) embargos de declaração ou embargos de divergência.
- d) incidente de resolução de demandas repetitivas, incidente de assunção de competência ou reclamação constitucional.

**Questão 56**

Os atos atentatórios à dignidade da justiça podem ocorrer em diversos momentos ao longo do trâmite processual. Assinale a alternativa em que uma das partes precisará pagar multa:

- a) Alex fraudou a execução e, por isso, o juiz fixará multa em montante não superior a 20% (vinte por cento) do valor atualizado do débito em execução, a qual será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado.
- b) Bernardo se opôs maliciosamente à execução e deverá pagar multa exigível em autos apartados.
- c) Carla embarçou a realização da penhora e pagará multa em proveito do exequente, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
- d) Diogo resistiu injustificadamente às ordens judiciais e, desse modo, o juiz fixará multa em montante não superior a 10% (dez por cento) do valor do débito atualizado do débito em atualização.

**Questão 57**

O Código de Processo Civil prevê prioridade de tramitação a alguns procedimentos judiciais conforme as partes envolvidas na ação. Assinale a alternativa que indica um processo que tramitará com prioridade:

- a) Arthur é um idoso com 62 anos de idade e lamenta não poder usufruir da prioridade pois não atingiu ainda a idade necessária para tanto.
- b) Bruna tem 22 anos de idade e descobriu uma neoplasia maligna e, por isso, requereu a prioridade de tramitação em seu processo.
- c) Cristiano é adolescente e parte em procedimento regulado pelo ECA não faz jus ao benefício.
- d) Daniela foi vítima de violência doméstica e familiar e, em decorrência da gravidade das lesões sofridas, faleceu durante o transcurso do processo. Desse modo, a prioridade de tramitação não será estendida ao cônjuge ou aos herdeiros.

---

**DIREITO PENAL**

---

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

As regras do concurso formal perfeito (em que se adota o sistema da exasperação da pena) foram adotadas pelo Código Penal com o objetivo de beneficiar o agente que, mediante uma só conduta, praticou dois ou mais crimes. No entanto, quando o sistema da exasperação for prejudicial ao acusado, deverá prevalecer o sistema do cúmulo material (em que a soma das penas será mais vantajosa do que o aumento de uma delas com determinado percentual, ainda que no patamar mínimo).

A essa hipótese, a doutrina deu o nome de:

- a) concurso material benéfico.
- b) concurso formal imperfeito.
- c) concurso formal heterogêneo.
- d) exasperação sui generis.

**Questão 59**

Alguns agentes sequestram a mulher e os dois filhos de "A", gerente de banco, e exigem que este os auxilie em um roubo que farão contra a agência bancária em que trabalha. Com o escopo de proteger a sua família, "A" acaba auxiliando tais indivíduos no referido roubo. Entretanto, nesse caso "A" deverá ser absolvido, em virtude da existência de causa excludente da:

- a) ilicitude do fato, consistente no estado de necessidade de terceiros.
- b) ilicitude do fato, consistente na legítima defesa de terceiros.
- c) culpabilidade do agente, consistente na inimputabilidade.
- d) culpabilidade do agente, consistente na inexigibilidade de conduta diversa.

**Questão 60**

Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior são institutos defensivos do iter criminis, que possuem ampla aplicação em nosso ordenamento jurídico, porém, de acordo com expressa vedação do Código Penal, podemos afirmar que, como regra, não será cabível o arrependimento posterior:

- a) no roubo qualificado
- b) no roubo simples e no roubo qualificado
- c) no Estelionato e no roubo qualificado
- d) no furto qualificado e no estelionato.

**Questão 61**

Priscila, em estado puerperal, manifesta a intenção de matar o próprio filho recém-nascido. Após receber a criança no seu quarto para amamentá-la, a criança é levada para o berçário. Durante a noite, Priscila vai até o berçário, e, após conferir a identificação da criança, a asfixia, causando a sua morte. Na manhã seguinte, é constatada a morte por asfixia de um recém-nascido, que não era o filho de Priscila.

Diante do caso concreto, assinale a alternativa que indique a responsabilidade penal da mãe.

- a) Crime de homicídio, pois, o erro accidental não a isenta de responsabilidade.
- b) Crime de homicídio, pois, uma vez que o art. 123 do CP trata de matar o próprio filho sob influência do estado puerperal, não houve preenchimento dos elementos do tipo.
- c) Crime de infanticídio, pois houve erro quanto à pessoa.
- d) Crime de infanticídio, pois houve erro essencial.

**Questão 62**

Alessandro, é provocado insistentemente por Ricardo em uma partida de futebol, onde este alegava que Alessandro era traído por sua mulher, até que este perde a paciência e agride Ricardo violentamente com um soco no rosto. Logo em seguida, Ricardo machucado retira-se e vai para sua casa, mas, decorridos cerca de alguns instantes, dominado pela violenta emoção do momento, resolve armar-se e voltar ao local do fato, onde reencontra Alessandro contra o qual desfere um tiro, provocando-lhe a morte. Nesta hipótese, você, como advogado de Ricardo, poderia invocar em seu favor:

- a) excludente da legítima defesa da honra.
- b) excludente da legítima defesa putativa.
- c) existência de uma causa de diminuição de pena.
- d) excludente da legítima defesa em excesso.

**Questão 63**

Flavio é preso em flagrante pela prática do crime de roubo simples (Art. 157 caput do CP). Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Flavio foi indiciado pela prática de outros crimes de roubo, além de um outro processo já com sentença condenatória e que está em fase de recurso interposto pela defesa, por crime de furto praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência sumulada dos tribunais superiores:

- a) Flavio ao ser condenado pelo roubo terá maus antecedentes considerados na sua pena, em face da sentença condenatória anterior quanto ao crime de furto.
- b) Flavio será considerado reincidente em razão da sentença condenatória do crime de furto.
- c) Flavio terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por roubo, e será considerado reincidente, em face da sentença condenatória do crime de furto.
- d) Flavio será condenado neste novo crime como réu primário, sem qualquer aumento de pena por antecedentes ou reincidência relacionado aos crimes anteriores.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Ivan Marques

**Questão 64**

Pedro Afonso, promotor de justiça na comarca de São Paulo-SP, interpõe recurso de apelação contra sentença absolutória em processo que atuou na 2.ª Vara Criminal do Fórum Central. Ao ver que seu recurso fora distribuído para a 12ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, conhecida por ser quase sempre favorável ao réu, o jovem promotor de justiça protocola a desistência de seu recurso. Diante dessa situação, responda valendo-se da teoria geral dos recursos:

- a) vigora para o Ministério Público o princípio da disponibilidade, ficando a seu critério recorrer ou desistir do recurso interposto.
- b) o Ministério Público não pode deixar de recorrer ou desistir do recurso que haja interposto.
- c) o Ministério Público pode deixar de recorrer, mas não pode desistir do recurso que haja interposto.
- d) o Ministério Público tem autonomia para decidir o que é melhor para a sociedade, inclusive desistindo do recurso que haja interposto.

**Questão 65**

Gabriela estava em uma semana muito difícil em sua vida profissional, com diversos clientes cobrando respostas e prazos recursais em aberto. Por um lapso, descobre que perdeu o prazo de 2 dias para opor embargos de declaração contra uma sentença condenatória omissa (art. 382 do CPP). Agindo de má-fé, opõe os embargos de declaração contra a sentença valendo-se do prazo de 5 dias dos embargos do JECRIM (art. 83, § 1º da Lei 9.099). Diante dessa tentativa de burlar o prazo recursal, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O juiz deverá aceitar o recurso interposto, valendo-se da fungibilidade recursal.
- b) A existência de dois prazos diferentes para o mesmo recurso permite a escolha do prazo mais elástico para a defesa.
- c) Não há como afirmar que a advogada agiu de má-fé, o que impõe ao juiz, na dúvida, aceitar a fungibilidade nesse caso.
- d) A má-fé pode ser facilmente perceptível pela perda do prazo e tentativa de utilização de outro recurso com prazo mais elástico e a fungibilidade.



**Questão 66**

Capitu e Bentinho, corréus por terem praticado um roubo de obras de arte no Museu de Arte Sacra, foram condenados à pena máxima de 10 anos (art. 157, *caput*, CP). Bentinho, cansado das idas e vindas da prisão até o fórum, renunciou ao direito de recorrer, o que foi acompanhado pelo defensor público do caso. Capitu optou por recorrer em busca da diminuição da pena, pois o juiz aumentou a pena dos réus pelo emprego de arma de fogo em 2/3, porém utilizaram facas para roubar o museu. O Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso de Capitu para reduzir a pena, afastando o aumento de 2/3 pela arma de fogo e aplicando o aumento de 1/3 pelo emprego de arma branca. Diante desse contexto recursal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Bentinho poderá ser beneficiado pelo provimento do recurso de Capitu por força do efeito regressivo do recurso interposto.
- b) Bentinho poderá ser beneficiado pelo provimento do recurso de Capitu por força do efeito extensivo do recurso interposto.
- c) Bentinho poderá ser beneficiado pelo provimento do recurso de Capitu por força do efeito suspensivo do recurso interposto.
- d) Bentinho poderá ser beneficiado pelo provimento do recurso de Capitu por força do efeito devolutivo do recurso interposto.

**Questão 67**

Magal recebeu voz de prisão da Polícia Militar por estar portando maconha para consumo próprio. Levado ao Distrito Policial, foi colocado na carceragem da Delegacia para "pensar no que fez". Após ficar esquecido por lá durante 3 dias, um advogado fica sabendo dessa ilegalidade e impetra uma ordem de *habeas corpus* contra o ato do delegado pedindo o alvará de soltura para o preso pelo art. 28 da Lei de Drogas, delito de competência do JECRIM. Para a surpresa do causídico, o juiz de direito não conhece do *habeas corpus* por entender que não cabe *habeas corpus* para juiz de 1ª instância. Dessa decisão do juiz, caberá:

- a) recurso em sentido estrito.
- b) apelação criminal.
- c) recurso ordinário constitucional.
- d) recurso especial.

**Questão 68**

Jonas foi processado e condenado pela prática de feminicídio contra a sua esposa Janete, por ciúmes, a uma pena de reclusão de 20 anos. Após apelar em recurso exclusivo da defesa, pedindo a nulidade de seu julgamento por ter ficado algemado o tempo todo, consegue que o Tribunal de Justiça conheça do recurso de apelação e dê provimento para anular o júri feito, determinando que o réu tivesse direito a outro julgamento. No novo Júri:

- a) o réu não poderá permanecer algemado, mesmo se houver justificativa para o uso das algemas.
- b) deverão servir como jurados os mesmos juízes leigos que atuaram no primeiro julgamento.
- c) o Juiz-Presidente deverá ser substituído, necessariamente, no novo julgamento.
- d) a pena não poderá ser superior aos 20 anos por força da vedação da reformatio in pejus indireta.

**Questão 69**

Batman e Robin, os criminosos mais perigosos da comarca de Piranguinhos, foram finalmente presos e processados criminalmente pela morte de mais de 15 vítimas. Ao final da primeira fase do Júri, Batman foi pronunciado e Robin impronunciado por decisão do juiz da Vara do Júri. Jamelão, advogado dos dois réus, inconformado com as duas decisões, deverá interpor:

- a) Apelação e RESE, respectivamente.
- b) RESE para atacar as duas decisões.
- c) RESE e Apelação, respectivamente.
- d) Apelação para atacar as duas decisões.

**DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 70**

A partir de março de 2019, a empregadora, “Aluno Feliz” Ltda., tem convidado os professores a participarem de reuniões no sindicato para fins de assinarem um termo de quitação das verbas anual, o que tem gerado desconforto entre os trabalhadores.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) É válido as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória geral.
- b) É válido as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.
- c) É válido as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas perante o sindicato dos empregados da categoria, apenas quando se tratar de empregado hipersuficiente.
- d) É inválida as partes firmarem o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas sem a homologação do Ministério da Economia.

**Questão 71**

Bunasar foi contratado como assistente de marketing de um grande curso jurídica e, em comum acordo com o empregador, trabalha em regime de teletrabalho.

Com relação ao seu contrato de trabalho, é correto afirmar que

- a) deve conter cláusula específica sobre o regime de teletrabalho, especificando as atividades que devem ser realizadas pelo empregado.
- b) pode ser verbal e não há cláusulas específicas obrigatórias.
- c) deve conter cláusula específica abordando que não faz jus ao recebimento de horas extraordinárias.
- d) pode ser escrito ou verbal, desde que haja anotação expressa da modalidade na carteira profissional.

**Questão 72**

Antônio, marceneiro, deixou de comparecer ao trabalho por 10 dias em razão do falecimento de sua mãe; Aline, professora do Ensino Médio, não compareceu ao seu trabalho por 9 dias em virtude do seu casamento; e Paulo, metalúrgico, deixou de laborar por 5 dias para ir ao enterro de seu primo Geraldo, em outro estado.

Todos tiveram os dias não laborados descontados em seu salário. Sobre as hipóteses de falta injustificada, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência do empregado em razão do falecimento de filhos, pai, mãe, cônjuge, tios e primos, é lícita sendo hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- b) A ausência de Aline não deveria ter sido descontada, pois o direito de não comparecimento ao trabalho em virtude de casamento é assegurado por lei.
- c) A ausência de Antônio e Paulo não deveria implicar em desconto; já a empregada Ana deveria ter o dia descontado, pois se ausentou acima dos dias permitidos por lei.
- d) A ausência ao trabalho em razão de casamento e falecimento é hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

**Questão 73**

Na ocorrência de dano extrapatrimonial, o magistrado deverá apreciar o pedido e fixar o valor da indenização, considerando diversos fatores, EXCETO:

- a) As condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral.
- b) O salário do empregado.
- c) A possibilidade de superação física ou psicologia.
- d) As condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral.

**Questão 74**

Junior Dig Dig Joy foi contratado pela empresa “Vamos Pular” Ltda., por contrato de prazo determinado de dezoito meses, com termo prefixado, para execução de serviço de natureza transitória, com remuneração mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso,

- a) Junior, após o término do contrato de dezoito meses, poderá ser novamente contratado por novo contrato a prazo determinado, com fundamento em atividade empresarial transitória, mesmo antes do prazo de seis meses, pois o término do primeiro contrato ocorreu por expiração do termo prefixado.
- b) se Junior desligar-se imotivadamente do contrato por prazo determinado, com ou sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, deverá indenizar o empregador do valor correspondente à remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- c) se no contrato por prazo determinado houve cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, o empregador que resolver desligar o empregado deverá conceder aviso-prévio, observada a proporcionalidade com o tempo de serviço, mas se o desligamento partir do empregado, deverá indenizar o empregador dos prejuízos que resultarem deste fato, que não poderá exceder ao valor do aviso-prévio que teria direito.
- d) se o desligamento imotivado feito por Junior no contrato a termo e sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, após cinco meses de prestação de trabalho, resultou prejuízos para o empregador na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), deverá indenizá-lo no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

**Questão 75**

Maria Joaquina é secretária na Empresa “Lenda da Paixão” Ltda. e percebe do seu empregador, além do salário, o benefício da moradia e plano de saúde. No entanto, a empregada observa que no seu pagamento mensal, o empregador não integra o valor referente a tais benesses para nenhum fim salarial.

Diante desta situação, de acordo com a CLT, pode-se afirmar que:

- a) Ambos os benefícios deveriam ser incorporados para fins salariais e reflexos.
- b) Apenas o benefício da moradia deveria integrar ao salário.
- c) Não há possibilidade de nenhum benefício ser incorporado ao salário de Maria Joaquina.
- d) Apenas o benefício do plano de saúde deveria ser integrado ao salário.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Conforme disposição expressa na CLT, os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final. Diante desse preceito normativo, e considerando a jurisprudência uniforme do TST, o recurso ou a ação em que se admite o jus postulandi das partes na Justiça do Trabalho é:

- a) Mandado de segurança;
- b) Ação cautelar;
- c) Recurso ordinário adesivo;
- d) Recurso de revista;

**Questão 77**

O magistrado da 10ª Vara do Trabalho de São Paulo julgou um incidente de desconsideração da personalidade jurídica, em fase de execução trabalhista, no processo entre Corujão e “Love You” Ltda. Diante da decisão proferida, torna-se cabível

- a) embargos à execução.
- b) agravo de instrumento.
- c) recurso ordinário.
- d) agravo de petição.

**Questão 78**

Albieri é advogado em um processo eletrônico em trâmite na Justiça do Trabalho. Em razão de diversos compromissos, somente pôde enviar a petição eletrônica de um recurso às 23:00 horas do último dia do prazo legal.

Considerando que o expediente no fórum trabalhista se encerra às 17:00 horas, é correto afirmar, à luz da legislação de regência, que:

- a) É intempestivo o recurso, porque apresentado após o horário final de expediente forense.
- b) Para que o recurso seja considerado tempestivo, Albieri deverá comprovar documentalmente a impossibilidade do envio da peça no horário normal de expediente.
- c) A petição eletrônica será considerada tempestiva, já que transmitida até as 24 horas do último dia do prazo.
- d) Se nos processos físicos o recurso deveria ser apresentado junto ao protocolo, no horário forense, o recurso deve aplicar-se aos autos eletrônicos, estando a peça irregular.

**Questão 79**

Milton, menor de 16 anos de idade, trabalhou dois anos como jardineiro na casa de Ulisses. Um mês após a sua dispensa, orientado por um amigo, dirigiu-se a Vara do Trabalho da comarca, desacompanhado de seus pais, para ajuizar reclamação trabalhista verbal em face do seu ex-empregador, com objetivo de receber as verbas decorrentes da rescisão contratual. Com fulcro na legislação e no entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho,

- a) por ser menor, Milton não pode ajuizar ação trabalhista sem a assistência de advogado e dos seus representantes legais, em nenhuma das instâncias da Justiça do Trabalho.
- b) Milton somente poderá atuar em Juízo com a representação do Ministério Público do Trabalho, ainda que possua seus representantes legais civis, devendo contratar advogado para qualquer tipo de recurso que pretenda interpor da decisão de primeiro grau.
- c) a reclamação trabalhista do menor será feita por seus representantes legais e pode ser utilizado o jus postulandi para esse tipo de ação trabalhista, limitado às Varas de Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.
- d) Milton pode ajuizar reclamação trabalhista verbal na Vara do Trabalho sem a presença de representante legal, mas em caso de ter que mover recurso ao Tribunal Regional do Trabalho deverá contratar advogado.

**Questão 80**

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgou improcedente a Ação Rescisória distribuída por Maria do Socorro em face da sentença transitada em julgado prolatada pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Sertãozinho. Com o objetivo de impugnar a referida decisão, considerando não haver fundamentos para embargos declaratórios, deve a Autora interpor

- a) Recurso Ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da ciência da decisão.
- b) Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da ciência da decisão.
- c) Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da ciência da decisão.
- d) Agravo de Instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da ciência da decisão.

## ***Conheça nossos cursos:***

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

## ***Conheça nosso Sistema de Questões!***

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



# Estratégia

OAB